

3. O Serviço Social e o mercado de trabalho em Manaus/AM

Estudar a realidade do mercado de trabalho para os assistentes sociais em Manaus leva-nos a considerar que no âmbito das mudanças que vêm sendo operadas no mundo do trabalho, em geral, o Serviço Social, entendido como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, não fica apartada da situação de precarização do trabalho. Para desenvolver tal reflexão, farei um breve resgate histórico do mercado de trabalho na cidade de Manaus e da própria profissão, buscando, neste contexto, articular as mudanças do mundo do trabalho com as questões do mercado de trabalho local.

3.1. O mercado de trabalho em Manaus/AM

Manaus, cidade capital do Estado do Amazonas, é o principal centro financeiro e econômico da Região Norte brasileira, além de ser a maior cidade desta região, ocupando uma área de 11.458,5 km². Segundo dados do IBGE¹⁹, no ano de 2000, a população de Manaus correspondeu à metade da população do Estado do Amazonas, elevando sua posição na rede de cidades brasileiras para a de cidade-estado²⁰.

De acordo com Souza (2005), tal posição é reflexo dos impactos causados pelos projetos governamentais para integrar a Amazônia à economia nacional. A autora refere-se, especificamente, à intervenção estatal via Zona Franca de Manaus, que com sua área de livre comércio e pólo industrial transformou a cidade em um dos pólos principais de migração, não somente da Região Norte, como de todo o País.

¹⁹ IBGE – Censo Demográfico, banco de dados SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), 2004. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/. Acesso em 21/09/2010.

²⁰ Segundo Bentes (2005, p. 35), outros fatores contribuíram para Manaus ser considerada uma cidade-estado: a super concentração de indústrias na capital amazonense, acima de 90% e demais atividades econômicas.

O desenvolvimento da cidade começa, na verdade, desde os tempos áureos da borracha. Segundo Garcia (2004:24), o Amazonas, nos idos dos anos de 1850, começava a responder a demanda por borracha do mercado internacional, que apresentava elevados índices de crescimento. Segundo a autora, a maior parte da produção dos seringais vinha para Manaus, começando a despontar, assim, seu foco na concentração das atividades econômicas:

Toda a importância do Alto Amazonas (...) se resume em Manaus. (...) A importação e exportação que se fazem por Manaus são quase a metade do comércio da província inteira. (...) Pequena embora, Manaus ocupa uma situação extremamente pitoresca e um ponto geográfico da maior importância. (...) Ela domina o largo espaço da navegação interior pelo Solimões e pelo Rio Negro, vê o Madeira internar-se pelo coração da Bolívia, o Purus cortar o Peru, e tem a quatro dias de distância o porto do Pará (Bastos 1937 apud Garcia, 2004²¹).

Evidencia-se, a partir de então, o crescente aumento tanto econômico quanto populacional no local. A franquia dos portos do Rio Amazonas abrindo margem para a navegação internacional despertou perspectiva de ligação direta de Manaus com os mercados consumidores da Europa e Estados Unidos. Assim, não somente a produção da borracha, cabendo aqui ressaltar que ela foi primordial, mas também a produção de outros gêneros foram fator da iniciação da navegação internacional propiciando ligação da cidade com grandes centros comerciais.

No final do século XIX, os lucros obtidos com a borracha propiciaram crescimento no orçamento do Estado, o que levou a um processo de urbanização, saneamento básico, energia e transporte. É relevante citar que Manaus foi a cidade pioneira no uso industrial de energia elétrica no País.

Foi a partir de 1915, com o encerramento da Superintendência da Defesa da Borracha²², que o Amazonas começou um longo período de depressão econômica, advinda e agravada com a Primeira Guerra Mundial e a depressão de 1929. No decorrer da década de 1960, Manaus, no entanto, novamente iria retomar seu desenvolvimento.

²¹ Refiro-me ao livro de Aureliano Candido Tavares Bastos, "O vale do Amazonas", publicado pela Companhia Editora Nacional em 1937. Segundo Garcia (2004), o autor esteve em Manaus em 1865 e escreveu sobre a livre navegação, produção, comércio e questões fiscais nesta região, defendendo a criação de um porto franco na cidade.

²² Considerada uma repartição provisória do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criada para dirigir e fiscalizar todos os serviços relativos à defesa econômica da borracha. Decreto n. 9521, de 1912, art. 105.

Em 1957, foi lançada a Zona Franca de Manaus. Porém, em 1967, seu modelo foi reformulado, estabelecendo incentivos fiscais para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, sendo criada em seguida a Superintendência da Zona Franca de Manaus com o objetivo de gerir suas ações.

A situação econômica da cidade naquela época, devido a sua experiência em comércio exterior, fez com que se convertesse em grande centro comercial de importação:

O centro da cidade foi ocupado por centenas de lojas, algumas de excelente nível, apresentando diversificada linha de produtos de marcas consagradas no mercado internacional. (...) A Manaus dos primeiros anos da Zona Franca era a única cidade brasileira onde o comércio de mercadorias estrangeiras poderia ser praticado livremente. E atraía compradores de todos os pontos do Brasil, tornando-se um pólo expressivo de turismo doméstico (Garcia, 2004, p.58).

Foi a partir de 1968 que os investimentos industriais tiveram início, sendo que em 1969 este processo se acelerou. Este crescimento tornou-se tão acentuado que logo foi percebida a necessidade de uma localidade ampla para a instalação de tantas fábricas industriais. Dessa necessidade, veio o Decreto Federal n. 63.105, de 15 de agosto de 1968, no qual foi declarado para desapropriação um determinado terreno da cidade para a construção do Distrito Industrial.

Atualmente com 1.738.641 habitantes²³, Manaus, a partir desse contexto de industrialização com a instalação do Pólo Industrial, teve um crescimento demográfico e populacional simbólico, (o que ocorreu não somente em Manaus, mas também, em cidades vizinhas). De acordo com censos do IBGE, o aumento da população entre 1960 e 1970 foi de 40%, enquanto nas décadas de 1970 a 1980 percebeu-se um aumento percentual de 94% da população.

O motivo desse aumento não podia ser outro senão o fator primordial da criação da Zona Franca de Manaus, que acarretou inúmeras migrações. É importante ressaltar que esta migração começou a ocorrer nos tempos da borracha, aonde um considerável contingente de pessoas vindas de outros estados procuravam a Região Norte, especificamente para os Estados do

²³ Estimativas de população. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Relatório de 14 de agosto de 2009. Acesso em 12 de setembro de 2010.

Amazonas e do Acre, visando melhores condições de vida e trabalho. Porém, o crescimento maior se deu com a implantação das indústrias.

É importante também destacar que, conforme análise demográfica do Estado do Amazonas através do Censo IBGE 2000 e da Contagem da População 2007 (ambos realizados pelo IBGE), este Estado registrou 2.812.557 habitantes no ano de 2000 e 3.221.939 residentes em 2007. Conforme Souza (2009:101), Manaus se destacou como o município que obteve a maior taxa de incremento populacional, com uma variação de 1,13% entre os anos 2000 e 2007, superior a do Estado. Assim, Manaus concentra mais da metade da população do Estado do Amazonas, sendo por isto considerada como cidade-estado.

Com base nesses dados, percebe-se que o progresso econômico advindo com a industrialização na cidade reflete também uma profunda desigualdade social. Justamente com o objetivo de integrar a Amazônia à economia nacional, os projetos governamentais se concretizam a partir da criação da Zona Franca de Manaus, como uma área de livre comércio de forma a tornar a cidade um dos grandes centros migratórios do país.

Manaus, assim, se torna um atrativo tanto nacional quanto internacional em decorrência das oportunidades de geração de emprego e renda em uma localidade urbana, como já mencionado. Porém, nota-se que além dessa realidade, Manaus também recebe grande quantitativo de pessoas do interior do Estado, pelo fato deste município possuir melhor dotação de infraestrutura em saúde, educação etc, em relação aos demais municípios amazonenses (Bentes, 2010). Conforme a autora, outro fator que atrai a população de outras regiões são os investimentos estatais que foram implantados em Manaus²⁴.

Nesse contexto de grande expansão demográfica e populacional, a partir dos anos 1960 e 1970, a questão social no Estado se manifesta, então, pelo intenso crescimento da população especialmente na cidade:

Multiplicam-se bairros insalubres nas periferias das cidades, formando aglomerações residenciais sem infra-estrutura básica, sem condições de higiene e segurança. A presença do Estado é exigida para exercer práticas de controle, em busca do ajustamento desse contingente populacional aos padrões impostos socialmente, como forma de equacionar os conflitos e manter o equilíbrio e a regularidade do processo social (Barbosa & Rocha de Sá, 2009, p.73).

²⁴ Registrem-se, no âmbito dessa iniciativa, os empresários de outros países que também vieram para Manaus implantar suas indústrias centradas na etapa produtiva de montagem de produtos de consumo de massa, principalmente eletroeletrônicos (BENTES, 2010, p.29).

No Estado do Amazonas, os problemas sociais que surgem advêm do processo de expropriação no campo e de precarização das condições de vida e de trabalho nas cidades, marcadas pelo crescimento da miséria, decorrentes do processo de acumulação do capital de forma globalizada, que avança por toda a região e, especificamente na Amazônia, vem desvincular todo um modo de vida. Refiro-me aqui ao modo de vida vinculado a atividades florestais - nas matas, nos rios. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que os avanços tecnológicos e industriais passam a permear a região, o que não implica necessariamente em avanços sociais.

Assim, o desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas, a partir dos anos de 1960, deve ser compreendido como um processo vivido na região, mas que teve como base fundamental a intervenção do Estado vinculado ao capital, tanto nacional quanto internacional. De acordo com o que expõe Souza (2009), mesmo que as tendências governamentais visassem o avanço econômico em determinados municípios amazonenses, o esvaziamento destes mesmos municípios reflete a opção histórica de centralizar os investimentos de grande porte no centro urbano, onde o desenvolvimento é maior e a infraestrutura é mais completa, em conformidade com o objetivo de acumulação e circulação de capital.

Para entender melhor o aspecto econômico da cidade, apresento, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001-2006 (Banco de Dados SIDRA/IBGE), um estudo analítico sobre o perfil da população da localidade, onde, de início, está representada a população residente na cidade, por sexo, no referido período.

Tabela 1 - População residente por sexo, de 2001 a 2006 - Amazonas

| Sexo | Ano (%) | | | | | |
|--------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Homem | 49,19 | 48,69 | 49,51 | 50,27 | 50,28 | 51,10 |
| Mulher | 50,81 | 51,31 | 50,49 | 49,73 | 49,72 | 48,90 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, 2001-2006 – Banco de Dados Sidra²⁵.

Nesta contagem, percebe-se equilíbrio entre a distribuição da população por sexo no Estado. Nos anos de 2001 a 2003 a predominância foi do sexo feminino, porém, nos anos seguintes, os homens predominaram.

²⁵ Dados colhidos em Souza, 2009.

Atualmente, conforme contagem do IBGE (2009), do total da população da cidade, 52,07% são mulheres e 47,93% são homens.

No tocante à questão da faixa etária da população do Amazonas, entre os anos 2001 a 2006, percebe-se um equilíbrio no percentual de jovens e adolescentes no Estado, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - População residente por grupos de idade, de 2001 a 2006 – Amazonas

| Sexo | Ano (%) | | | | | |
|------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| 0 a 4 anos | 11,83 | 11,27 | 11,21 | 11,59 | 10,67 | 10,94 |
| 5 a 9 anos | 11,77 | 13,03 | 12,42 | 12,97 | 13,6 | 11,61 |
| 10 a 14 anos | 11,23 | 11,31 | 11,04 | 11,36 | 10,47 | 11,02 |
| 15 a 19 anos | 12,2 | 11,19 | 11,68 | 10,67 | 9,32 | 10 |
| 20 a 24 anos | 11,02 | 10,77 | 10,3 | 9,69 | 9,64 | 9,72 |
| Subtotal (0 a 24 anos) | 58,05 | 57,57 | 56,65 | 56,28 | 53,70 | 53,29 |
| 25 a 59 anos | 37,37 | 37,82 | 38,41 | 38,47 | 41,04 | 40,88 |
| 60 anos ou mais | 4,57 | 4,62 | 4,94 | 5,23 | 5,23 | 5,83 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios²⁶.

Conforme demonstrado na tabela 2, os grupos criança, adolescente e jovem, em seu somatório total representam mais da metade da população do Estado do Amazonas. Porém, como bem ressalta Souza (2009), não se deve ignorar o percentual de pessoas com 60 anos ou mais, pois, percebe-se na tabela acima que esta população vem crescendo gradativamente.

Abordando a questão da raça/cor desta população, conforme a pesquisa de Souza (2009),

Identifica-se que a inclusão das informações das áreas rurais trouxe algumas alterações na sua caracterização. Assim, a população branca que representava 29,06% do total em 2001, a partir de 2004 diminuiu para 26,33%, reduzindo-se ainda mais no ano posterior e representando pouco mais de 20% da população, ou seja, 21,03 em 2006 (Souza, 2009,p.113).

Ainda conforme Souza (2009), o destaque no quesito raça/cor ficou na cor parda, em decorrência do acréscimo advindo da inclusão das áreas rurais, obtido na amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no censo demográfico do IBGE 2000 e, também, da contagem da população 2004. Para melhor entendimento, apresento a seguir a tabela 3, com a amostra:

²⁶ Idem.

Tabela 3 - População residente por cor ou raça, de 2001 a 2006 - Amazonas

| Cor ou Raça | Ano (%) | | | | | |
|----------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Branca | 29,06 | 28,19 | 30,46 | 26,33 | 21,63 | 21,03 |
| Preta | 2,77 | 6,38 | 3,57 | 4,70 | 3,43 | 4,26 |
| Amarela | 0,08 | 0,13 | 0,14 | 0,04 | 0,10 | 0,17 |
| Parda | 68,00 | 64,90 | 65,73 | 68,82 | 74,78 | 74,32 |
| Indígena | 0,05 | 0,37 | 0,10 | 0,12 | 0,06 | 0,22 |
| Sem declaração | 0,04 | 0,03 | - | - | - | - |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2006 – Banco de Dados Sidra²⁷.

Um dos indicadores de maior importância na atualidade e para os objetivos desta dissertação, não poderia deixar de ser os de trabalho e rendimento no Estado do Amazonas, o que evidencia a situação econômica do Estado, assim como, segundo Souza (2009), permite avaliar o acesso a postos de trabalho e à renda monetária gerada no Estado e também aos bens necessários à sua reprodução social. A tabela abaixo evidencia a declaração da população quanto a sua situação de rendimentos:

Tabela 4 - Pessoas de dez anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal, de 2002 a 2006 – Amazonas

| Classes de rendimento mensal | Ano (%) | | | | |
|---------------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Até 1 salário mínimo | 19,07 | 18,18 | 19,08 | 21,04 | 24,17 |
| Mais de 1 a 3 salários mínimos | 24,11 | 25,74 | 24,75 | 28,01 | 27,09 |
| Mais de 3 a 10 salários mínimos | 9,23 | 8,92 | 9,62 | 8,02 | 6,60 |
| Acima de 10 salários mínimos | 1,6 | 1,57 | 1,44 | 1,12 | 1,06 |
| Sem rendimento | 45,97 | 45,59 | 45,11 | 41,81 | 41,06 |
| Sem declaração | 0,02 | - | - | - | 0,02 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002 a 2006.²⁸

Conforme demonstrado, resalto a análise de Souza:

Pode-se inferir que o aumento do quantitativo de pessoas que recebem até 1 SM como rendimento médio mensal deve-se principalmente à inclusão das áreas rurais no escopo da pesquisa. Isto porque na zona rural, tendem a ser praticados salários mais baixos do que na zona urbana. [...] Já os que auferem acima de 1 até 3 SMs constituem-se no grupo mais representativo

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

em termos de quantidade de número de pessoas com rendimento no Amazonas (Souza, 2009, p.115).

Buscando aporte novamente em Souza (2009), e tendo em vista a importância de sua pesquisa para este estudo, os dados evidenciados referentes a mais de 1 a 3 salários mínimos (SMs) podem ser justificados pela alta probabilidade desses dados advirem da influência da incorporação da zona rural do Estado, pelo tipo de atividade econômica que incorpora mão-de-obra nessas áreas, além da renda gerada pelos serviços com vínculo ao poder público municipal, sendo este o principal empregador.

Ainda embasada na pesquisa de Souza (2009) e nos dados do IBGE, segue-se nesta análise, agora referindo os dados de ocupação da população por posição no trabalho principal, identificando que, neste período, de 2001 a 2006, da população entrevistada pela mencionada autora, a grande maioria se encontrava inserida no mercado de trabalho como empregados, como se observa na tabela 5:

Tabela 5 - Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação principal, 2001 a 2006 – Amazonas

| Posição na ocupação no trabalho principal | Ano (%) | | | | | |
|---|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Empregados | 62,32 | 59,19 | 60,94 | 54,64 | 55,09 | 55,89 |
| Trabalhadores domésticos | 7,55 | 7,70 | 8,65 | 8,95 | 8,05 | 7,13 |
| Conta própria | 27,40 | 29,98 | 27,76 | 34,09 | 34,44 | 34,30 |
| Empregadores | 2,72 | 3,02 | 2,65 | 2,33 | 2,42 | 2,68 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2006 – Banco de Dados Sidra.²⁹

Nesta amostragem, percebe-se que mesmo o quantitativo de empregados sendo a maioria, não se deve ignorar a oscilação deste quantitativo, tanto que de 2001 para 2006 este percentual teve uma queda significativa. Analisando, ainda, os trabalhadores por conta própria, percebe-se um gradativo aumento neste período. Vale ressaltar que esta dinâmica faz parte das mudanças ocorridas no mundo do trabalho tanto nacional quanto internacional, o que não poderia deixar de repercutir também na Região

²⁹ Idem.

Norte, especificamente na localidade de Manaus/AM, apesar das especificidades de cada um.

Esta situação acarreta à população uma situação de pobreza, de desemprego, ausência de educação, saúde e outros serviços que implicam no não acesso aos direitos de cidadania, reflexo do processo de acumulação capitalista e, especificamente, no tocante ao processo de reestruturação produtiva nas fábricas do Pólo Industrial de Manaus - PIM, percebe-se que

Segundo os dados do IBGE, em 2000, a cidade de Manaus possuía uma população economicamente ativa – PEA, em torno de 614.421 trabalhadores, dos quais 57,65% pertenciam ao sexo masculino e 42,35% eram do sexo feminino. Durante o período de levantamento realizado por aquela instituição, 76,25% dos trabalhadores economicamente ativos estavam inseridos no processo produtivo, seja no âmbito do PIM e em outras empresas. [...] Informações mais recentes referentes ao ano de 2004, mostraram que a PEA manauense está em torno de 1.226.267, portanto, 77% da população total de Manaus (Scherer, 2009 apud SEBRAE, 2005).

Tomando a população economicamente ativa - PEA como referência, no ano 2000 havia também uma significativa quantidade de pessoas sem ocupação na cidade. Com isso, pretende-se evidenciar que mesmo com a geração de empregos oportunizados pelo Pólo Industrial, Manaus apresenta um crescente número de desemprego. Reflexo da reestruturação produtiva, outro elemento preponderante para o aumento do desemprego em Manaus é a falta de especialização para o trabalho em automação industrial, como fator de avanço tecnológico e exigência do mercado de trabalho globalizado e competitivo da contemporaneidade.

Como saída para o desemprego, o trabalhador, especificamente abordado aqui o da cidade de Manaus, se submete à precarização do trabalho, de forma insegura, desprotegida pela legislação trabalhista e previdenciária, péssimas condições de trabalho e vida, se expondo a todo tipo de risco:

Nas ruas do Centro da capital amazonense, essa situação dos trabalhadores informais torna-se mais evidente. Proliferam múltiplas formas de comércio ambulante, com venda de produtos importados, alimentos e bebidas, frutas e verduras, balas, brinquedos e outras miudezas, dentre outros, compondo um cenário que contrasta com a imagem da cidade com o progresso econômico alardeada nos quatro cantos do Brasil (Souza, 2005, p.117-118).

De acordo com Scherer (2009), o trabalho na informalidade é precário e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, se caracteriza como uma renda muito baixa. Assim, percebe-se que o

mercado de trabalho em Manaus não ficou alheio às mudanças no mundo do trabalho que operam mundial e nacionalmente. Todavia, de região a região, traz em seu bojo uma peculiaridade para cada localidade.

Souza (2009) enriquece mais ainda este estudo ao realizar também uma análise quanto às atividades econômicas do trabalho. Vejamos:

Nesse aspecto, no ano de 2002, as atividades econômicas que se destacam por absorverem quantidade significativa de mão-de-obra foram a indústria (26,18%) e os serviços (24,73%) e o comércio (21,91%), atividades com características predominantemente urbanas. [...] Em 2006, o quadro de atividades econômicas com pessoas ocupadas equilibra-se, ficando dividido quase de forma igual em termos percentuais (Souza, 2009, p.119).

Para uma melhor compreensão das afirmativas da autora, apresento os dados da tabela 6:

Tabela 6 - Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grupamento de atividades do trabalho principal, 2002 a 2006 – Amazonas

| Grupamento de atividades do trabalho principal | Ano (%) | | | | |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Agrícola | 5,58 | 4,82 | 23,45 | 20,43 | 21,05 |
| Indústria | 26,18 | 27,12 | 20,79 | 20,62 | 21,56 |
| Comércio e reparação | 21,91 | 20,66 | 17,76 | 19,31 | 18,92 |
| Serviços | 24,73 | 23,46 | 19,41 | 21,34 | 20,93 |
| Administração pública | 8,97 | 9,36 | 6,31 | 6,46 | 6,15 |
| Serviços domésticos | 7,2 | 8,16 | 7,73 | 7,07 | 6,36 |
| Outras atividades | 5,43 | - | - | - | - |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002 a 2006.³⁰

Com base nos dados apresentados, é possível dizer que a própria cultura da população mescla características urbanas e rurais nestas atividades, em evidência pela amostra da PNAD. Reitero que tais ocupações determinam as condições de inserção no mercado de trabalho, com maior ou menor proteção da legislação trabalhista.

Um fator importante, a ser analisado mais adiante, advém da amostra das atividades realizadas na indústria, pois se percebe neste quadro que no decorrer dos anos tal atividade teve uma redução em seu número,

³⁰ Idem.

principalmente a partir do ano de 2004. Com o advento da industrialização no Estado do Amazonas, por um longo período, a região ficou basicamente imune em suas atividades industriais, no que se refere aos empregos. Porém, mais recentemente, a região começa a sentir os efeitos da globalização e da acumulação capitalista flexível em suas empresas industriais, o que acarreta a redução do número percentual de suas atividades.

Retorno agora à discussão sobre o processo de reestruturação produtiva e seus reflexos para a cidade de Manaus, pois segundo estudo realizado por Oliveira (2004) tornam-se visíveis as consequências da reestruturação produtiva nas fábricas da Zona Franca de Manaus:

A introdução de novos equipamentos é o aspecto mais relevante das mudanças ocorridas no processo produtivo. As inovações tecnológicas concentram-se na área de inserção automática, considerada a mais importante, o coração das empresas.

A utilização da força de trabalho no processo produtivo do setor eletrônico já não atinge os mesmos percentuais dos anos 1970/1980. Hoje a redução da mão-de-obra na produção direta é fato irreversível, pois o maquinário tecnologicamente mais avançado vem propiciando ao capital uma produção em larga escala, quantitativamente superior ano a ano, com qualidade inegavelmente melhor. As numerosas linhas de montagem manual, intensiva em mão-de-obra feminina, já não se fazem presentes (Oliveira, 2004, p.110-111).

Além desta situação, e não me referindo somente ao desemprego, o processo de reestruturação produtiva ocasiona também aos trabalhadores, uma competitividade cruel, onde a polivalência e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais são exigências primordiais para a inserção no mercado de trabalho.

Fato relevante seguido a este, no tocante as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores, tanto pela redução de seus postos e atividades de trabalho quanto pela insegurança vivida por cada trabalhador, refere-se à contribuição previdenciária. Os dados da amostra pesquisada abaixo revelam a situação real da ocupação no Estado:

Tabela 7 - Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por contribuição para o instituto de previdência em qualquer trabalho, 2001 a 2006 – Amazonas

| Contribuição para Instituto de previdência em qualquer trabalho | Ano (%) | | | | | |
|---|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Contribuintes | 44,51 | 44,46 | 45,94 | 36,44 | 36,65 | 36,89 |
| Não contribuintes | 55,49 | 55,54 | 54,06 | 63,56 | 63,35 | 63,11 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios.³¹

Estes dados evidenciam o que já se demonstrou nas últimas duas tabelas. O aumento no percentual de pessoas trabalhando por conta própria e a diminuição do número de trabalhadores empregados. É interessante ainda notar que

(...) em confronto aos alardeados números de desenvolvimento econômico do Estado amazonense, tão divulgados na mídia pelos setores governamentais, identifica-se uma situação de concentração de renda, atividades econômicas não somente capitaneada por aquelas de característica predominantemente urbanas como a indústria no aspecto da concentração de mão-de-obra e trabalho sem contribuição previdenciária (Souza, 2009, p.121).

De acordo com os diversos autores que estudam e discutem a temática da precarização e flexibilização do trabalho, é importante ressaltar que a população amazonense não ficou de fora deste jogo da acumulação capitalista. Os dados apontados até então, nos levam a refletir sobre os percentuais dos anos de 2001 a 2006. No período analisado, já se nota fortemente o quanto a globalização e o processo de acumulação capitalista, na forma da reestruturação produtiva, trouxe consequências bastante graves à população amazonense.

De acordo com Bentes (2005), os dados do Sistema Nacional de Emprego – SINE/Am³² apontam que no período de 2000 a 2004, foram encaminhados 84.516 trabalhadores para vagas no mercado empresarial de Manaus/AM. Porém, somente 33.244 foram considerados empregados. Na relação emprego/desemprego, conforme o SINE, o número de demissões supera em aproximadamente 600% o número de admissões.

³¹ Idem.

³² No Amazonas o SINE é administrado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania – SETRACI. Dados do Setraci/Detrab/Sistema Nacional de Emprego – SINE/AM, novembro de 2004.

A este último fato podemos relacionar a baixa qualificação dos trabalhadores, o que dificulta ainda mais a sua inserção no mercado de trabalho atual, em decorrência dos constantes avanços tecnológicos e novas máquinas e equipamentos que são introduzidos nas empresas locais, vindas de diversas partes do globo. A isto, soma-se a reestruturação produtiva que carrega consigo novas formas de gestão, tanto da produção como do trabalho, enxugando as empresas ao máximo, tornando o trabalhador flexível e tendo que se inserir no mercado de trabalho precário, informal e terceirizado.

De acordo com Oliveira (2009), a queda do índice de empregados no pólo industrial no ano de 2000 foi de 36,35% em relação ao ano de 1990. Para especificar melhor, no ano de 1990 o Pólo Industrial de Manaus - PIM absorvia 315 empresas, empregando por volta de 76.798 trabalhadores e, em 2000, as 302 empresas que constituíam o PIM empregavam 48.879 trabalhadores. Ressalto, ainda, que, conforme Bentes (2010), através dos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE, no ano 2000 Manaus possuía 2.811 indústrias com atuação nas atividades industriais da extração, transformação e construção.

A tabela 8 demonstra alguns indicadores do mercado de trabalho do município de Manaus:

Tabela 8 - Outros indicadores de mercado de trabalho de Manaus/AM

| Indicadores | Masculino | Feminino | Total |
|-------------------------------|-----------|----------|-----------|
| População Residente | 685.444 | 720.391 | 1.405.835 |
| Taxa de Analfabetismo (%) (1) | 5,29 | 5,42 | 5,36 |
| Pop. Economicamente Ativa | 354.241 | 260.180 | 614.421 |
| PEA Desocupada | 71.298 | 75.039 | 146.337 |
| PEA Ocupada | 282.943 | 185.141 | 468.084 |
| De 16 a 24 anos | 66.451 | 43.615 | 110.066 |
| Rendimento Médio (em R\$) | 725,69 | 495,2 | 634,52 |
| Trabalhadores Formais (2) | 132.755 | 82.745 | 215.500 |
| Branca | 43.849 | 33.075 | 76.924 |
| Preta | 4.403 | 1.590 | 5.993 |
| Amarela | 446 | 318 | 764 |
| Parda | 82.491 | 46.826 | 129.317 |
| Indígena | 666 | 312 | 978 |

| | | | |
|-----------------------------|---------|--------|---------|
| Trabalhadores Informais (3) | 135.262 | 59.726 | 194.988 |
| Branca | 39.066 | 20.149 | 59.215 |
| Preta | 5.127 | 1.385 | 6.512 |
| Amarela | 440 | 202 | 642 |
| Parda | 88.634 | 37.232 | 125.866 |
| Indígena | 893 | 393 | 1.286 |

Fonte: MTE - CENSO/2000 - IBGE. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. Município: MANAUS (13.0260) – AM³³.

Notas:

(1) Taxa de analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais de idade

(2) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários

(3) Compreende os empregados sem carteira e os “por conta-própria”

Esses dados evidenciam que as mudanças no mundo de trabalho globalizado afetam a população manauense, que também vem enfrentando consequências da reestruturação produtiva do capital, pois, em decorrência de tantas crises, a principal saída encontrada pelo empresariado local é a terceirização da produção e o crescimento do trabalho informal.

Um estudo sobre os dados de trabalho e renda no ano de 2008 evidencia mais um momento de crise econômica:

O Jornal Amazonas em Tempo na edição de 09 de setembro de 2008, escrita pela jornalista Jonária França e equipe, apresenta os seguintes resultados: o Pólo Industrial de Manaus (PIM) já demitiu mais funcionários em 2008 do que no ano passado. De janeiro a agosto deste ano, segundo levantamento dos sindicatos dos metalúrgicos foi desligado um total de 10.181 trabalhadores das empresas contra 9.155 em igual período do ano anterior (Junior, et al, 2008, p. 28-29).

Os autores acima ainda informam, com base em dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, que o número de admissões em sete meses do ano de 2008 foi de 6.457 trabalhadores, repercutindo assim em um percentual negativo de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho local, em comparação com o número de exclusões deste mesmo mercado.

Quanto ao ano de 2010, os dados do CAGED, apresentados na tabela 9, demonstram a flutuação do emprego formal em Manaus/AM. Embora já se perceba certa recuperação do emprego formal em relação aos anos anteriores, é possível observar, porém, que o saldo da flutuação entre

³³ Fonte: MTE - CENSO/2000 - IBGE. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. Município: MANAUS (13.0260) – AM. Disponível em http://perfildomunicipio.caged.com.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=A M&codmun=130260&ufacesso=AM. Acesso em 17/01/2011.

inserções e desligamentos é muito expressivo, chegando a ser negativo nas ocupações com menores salários.

**Tabela 9 - Flutuação do emprego formal - jan/2010 até nov/2010
Manaus/AM**

| Indicadores | Admissão | Desligamento | Saldo |
|--|-----------------|---------------------|---------------|
| Total das Atividades | 179.776 | 153.624 | 26.152 |
| Extrativa Mineral | 103 | 43 | 60 |
| Indústria de Transformação | 48.611 | 36.917 | 11.694 |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | 1.151 | 1.128 | 23 |
| Construção Civil | 17.610 | 17.240 | 370 |
| Comércio | 34.844 | 31.846 | 2.998 |
| Serviços | 76.498 | 65.529 | 10.969 |
| Administração Pública | 430 | 349 | 81 |
| Agropecuária | 529 | 572 | 43 |
| Ocupações com maiores saldos | Admissão | Desligamento | Saldo |
| CBO 731150 Montador de equipamentos eletrônicos | 9.573 | 6.861 | 2.712 |
| CBO 784205 Alimentador de linha de produção | 7.590 | 5.307 | 2.283 |
| CBO 731180 Operador de linha de montagem (aparelhos eletrônicos) | 6.159 | 4.263 | 1.896 |
| CBO 717020 Servente de obras | 11.087 | 9.425 | 1.662 |
| CBO 414210 Apontador de produção | 5.321 | 3.812 | 1.509 |
| Ocupações com menores saldos | Admissão | Desligamento | Saldo |
| CBO 992120 Lavador de peças | 367 | 625 | -258 |
| CBO 715505 Carpinteiro | 946 | 1.198 | -252 |
| CBO 715210 Pedreiro | 2.487 | 2.712 | -225 |
| CBO 782410 Motorista de ônibus urbano | 551 | 728 | -177 |
| CBO 513205 Cozinheiro geral | 1.629 | 1.764 | -135 |

Fonte: CAGED/MTE. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. Município: MANAUS (13.0260) – AM ³⁴.

Como já referenciado anteriormente, Manaus, capital do Estado do Amazonas, é considerada cidade-estado pelo quantitativo de sua população corresponder à metade da população do Estado do Amazonas e também, atualmente, por ser considerada a metrópole da Amazônia Ocidental (se

³⁴ Fonte: CAGED/MTE. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. Município: MANAUS (13.0260) – AM. Disponível em http://perfildomunicipio.caged.com.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=A&M&codmun=130260&ufacesso=AM. Acesso em 17/01/2011.

constitui dos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e foi criada pelo Decreto Lei 356/68). Manaus é conhecida como a capital da Zona Franca. Conforme já comentado, este fato acarretou, no decorrer dos anos de 1960-1970, mudanças significativas para a dinâmica urbana e econômica da cidade:

A cidade cresceu, singrou a floresta, as personagens e atores sociais mudaram. A organização do trabalho e a estrutura da sociabilidade são outras. O legado social deixado nos anos do apogeu da borracha e do período chamado de estagnação soma-se com as novas desigualdades socialmente produzidas na atualidade (Scherer, 2009, p.130).

Refletindo sobre os dizeres de Scherer, concorda-se que Manaus acompanha os ciclos de exclusão e inclusão social tão debatidos na sociedade atual. O Pólo Industrial de Manaus abriga atualmente diversas fábricas, com produção heterogênea para consumidores também heterogêneos, de acordo com os avanços tecnológicos e em conformidade com o padrão capitalista vigente.

A riqueza aqui produzida também não se distribui de forma igual. O capitalismo se amplia nesta localidade de forma a ampliar sua rentabilidade, aproveitando-se de todas as oportunidades oferecidas pelo Estado. Oportunidades estas que a cidade tem maior facilidade em oferecer tanto aos capitalistas nacionais quanto internacionais.

As indústrias instaladas em Manaus têm contribuído com a cidade, mas no que se refere a emprego essa contribuição é bastante discutível, pois ao trabalhador menos qualificado paga-se salários baixíssimos, não obstante os avanços tecnológicos introduzidos com a reestruturação produtiva. Ressalta-se ainda que, as indústrias instaladas no PIM recebem incentivos fiscais e sua carga tributária, em decorrência de suas atividades, fica reduzida. E ainda,

Devido a matrizes das empresas do PIM localizarem-se predominantemente na região Centro-Sul do Brasil ou mesmo em outros países, os investimentos de maior porte são feitos fora de Manaus, o que evidencia que as riquezas produzidas na cidade beneficiam, na verdade, as áreas já economicamente dominantes (Souza, 2005, p. 31).

Segundo Scherer (2009), a produção da riqueza e da pobreza são pólos e ingredientes imbricados num mesmo processo e que se reproduzem reciprocamente. Ou seja, ao mesmo tempo em que se produz riqueza, se produz desigualdade social. A exclusão social é visível em qualquer esquina

da cidade. Os bairros de classe média, com casas e edifícios modernos, se misturam com as periferias, com as casas alugadas em igarapés, ribeirinhas.

A questão social na cidade de Manaus, advinda com o processo de modernização, se reflete no crescimento gradual do desemprego estrutural e na inserção dos trabalhadores na informalidade, na precariedade. Dentre outros, também se deve citar o quantitativo de mendigos nas ruas, sejam crianças, adolescentes ou famílias inteiras.

Manaus cresceu, evoluiu. Mas tal crescimento e evolução não foi suficiente para acompanhar o constante desenvolvimento da cidade, de forma a atender as demandas que surgem. A má distribuição, ou nenhuma distribuição da riqueza, coloca a população em uma situação de vulnerabilidade social³⁵, sem ter suas necessidades atendidas pelo Estado.

Vale aqui uma breve reflexão sobre o termo desenvolvimento, que não significa apenas crescimento econômico. Também considero que

Desenvolvimento significa mudança no processo de modernização, em avanço da civilização e no aumento da satisfação dos indivíduos com a qualidade de vida de uma localidade (Lima et al, 2008, p.41).

Neste sentido, percebe-se o chamado desenvolvimento da cidade de Manaus como uma realidade de contrastes. Para além do crescimento urbano, o que tornou Manaus uma cidade moderna, para atender uma classe social elitizada, criou também uma classe com um grau elevado de carência socioeconômica, sem emprego nem renda, ou com baixíssima renda e precárias condições de trabalho e sobrevivência.

A partir dos dados e questões até aqui pontuadas e tendo em vista os objetivos deste estudo, passo agora a abordar temas mais gerais sobre o mercado de trabalho e o Serviço Social para, no próximo capítulo, tratar mais detidamente sobre o mercado de trabalho para o assistente social na cidade de Manaus/AM.

³⁵ É interessante comentar que a vulnerabilidade social aqui abordada se refere a questão da precariedade do trabalho e os desmanches dos vínculos sociais, assim como da desestruturação dos vínculos formais de trabalho e a não inserção neste mesmo mercado de trabalho.

3.2. Serviço Social e mercado de trabalho

Estudar a realidade do mercado de trabalho para os assistentes sociais em Manaus remete-nos a pensar sobre os resultados, para o Serviço Social, dos impactos das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. É importante esclarecer que o Serviço Social é aqui entendido como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, não ficando, portanto, apartada da situação de precarização do trabalho na atualidade. Para encaminhar tal reflexão farei também um breve resgate de sua história, buscando articulá-la em sua relação com o mercado de trabalho, no Brasil.

3.2.1. Situando a historicidade da profissão em sua relação com o mercado de trabalho

A questão social vivida nas décadas de 1920 e 1930, no Brasil refere-se diretamente à exploração capitalista sobre o trabalhador e sua família, que vendem sua força de trabalho para sobreviver e são desmedidamente explorados pela classe dominante. Com a exploração insuportável, o operariado começa uma luta defensiva que, para a classe dominante, constitui-se em ameaça à moral, à religião e à ordem pública, acarretando assim uma regulamentação jurídica do trabalho pelo Estado.

Grandes movimentos sociais se tornam o espelho para a sociedade das terríveis condições em que vive o proletariado. Tais movimentos alteram o perfil da sociedade, com a industrialização aumentando o número de problemas e exigindo mudanças tanto por parte do Estado quanto das classes sociais. Nesse contexto podemos situar o surgimento do Serviço Social como profissão.

As condições de vida do operário e sua família neste período caracterizavam-se por um estado de grave miséria e exploração no trabalho, com longas jornadas de trabalho e tarefas repetitivas e pesadas, em ambientes insalubres, além de outros problemas, tais como doenças, falta de moradia, prostituição, violência etc. Pode-se afirmar que emerge no País, a

partir deste contexto, a chamada “questão social”, ponto fundamental para a compreensão das origens da profissão no Brasil.

Deste ponto de vista e para se entender melhor a origem do Serviço Social, vale analisar a situação que vivia o proletariado e sua família na época:

Historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais em casas infectadas, sendo muito freqüente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grandes partes das empresas funcionam em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança e muito freqüentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência (Iamamoto, 2008, p.128-129).

Destacam-se a luta e as reivindicações do proletariado em busca de melhores condições de vida, de salário, da proibição do trabalho infantil e da regulamentação do trabalho para mulheres e menores, além de direitos como férias e seguro. Esse período foi marcado por várias greves e manifestações, com algumas conquistas. Porém, mesmo com as poucas melhorias obtidas, os trabalhadores ainda viviam de forma precária, enquanto a classe burguesa também lutava contra todas essas manifestações e para não perder seu domínio.

O Serviço Social surge, então, incorporando os princípios da Igreja e do Estado, pela iniciativa de grupos dominantes expressos principalmente através da Igreja, como uma forma de “disciplinar” o trabalhador. Para o dono do capital é necessário que o operário ocupe disciplinadamente seu tempo livre, seja cuidando da família e do seu lar, de forma a não se voltar contra o capital, se comportando de forma “ajustada” à ordem capitalista.

A profissão, assim, não vai se caracterizar como forma de caridade, mas, de intervenção na vida do trabalhador. Com base na atividade assistencial seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (Iamamoto, 2007, p. 20).

O objeto do Serviço Social, no contexto histórico da época de seu surgimento, trata basicamente de atitudes de melhorias no comportamento familiar e pessoal do trabalhador na sociedade. Com o passar do tempo,

entre 1940 e 1950, com significativas mudanças econômicas e políticas no âmbito mundial, o objeto de intervenção do Serviço Social deixa de lado sua base na ordem e na moral individual e começa a se preocupar com a relação Estado/sociedade, onde seu trabalho visava então à melhoria que viria da união e participação em grupos. Inicia-se a fase do desenvolvimentismo econômico e do “desenvolvimento de comunidade” como eixo principal da intervenção profissional.

A intervenção profissional do assistente social, no âmbito do desenvolvimento comunitário, passou por significativas mudanças que incidiram no conjunto da profissão. Socialmente, experimentou uma etapa de revalorização, que lhe atribuiu novas responsabilidades e lhe conferiu uma posição melhor no interior das administrações públicas (Castro, 2008, p. 151).

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho do Serviço Social se amplia, rompendo o estreito quadro de sua origem e se torna uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes, ocorrendo, assim, a legitimação da profissão (Iamamoto, 2007, p.93)

O Serviço Social deixa de ser um “mecanismo de distribuição de caridade privada” pelas classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais³⁶ do Estado e setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores. O assistente social recebe um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto às classes trabalhadoras. Segundo Iamamoto (2007) as demandas que surgem ao profissional não são derivadas dos trabalhadores, mas sim dos setores patronais.

Tais demandas significam para o assistente social ser o “agente intelectual de linha de frente nas relações entre instituições e população, entre os serviços prestados e a solicitação desses mesmos serviços pelos interessados” (Iamamoto, 2007, p.100). Dessa forma, o assistente social possui o poder institucional de realizar a “triagem” ou “seleção socioeconômica”.

Nesta atividade cabe também ao assistente social o direcionamento ao esclarecimento da forma de participação nos serviços oferecidos, direitos e condicionalidades da instituição. Outra característica de suas demandas é a

³⁶ A política social apresenta-se como conjunto sistemático e relativamente organizado de diretrizes e normas assumidas pelo Estado como orientador de suas ações (SOUSA, 1995, p. 50).

ação de persuadir e mobilizar a “coerção para a adesão”, ou seja, deve levar o usuário a aderir às normas institucionais, sendo estes, assim, controlados pela instituição.

Conforme Faleiros (2007, p.17), o “eixo da crítica se constrói ao mesmo tempo em que o eixo da intervenção”, ou seja, esse é o momento que marca o Movimento de Reconceituação do Serviço Social³⁷, onde o centro de intervenção na relação personalidade/meio/recurso passa a se centralizar nas relações sociais. Essa situação implicou profundamente na mudança do conceito do que é o Serviço Social, pois a especificidade da profissão ficou indefinida.

Através do Movimento de Reconceituação o Serviço Social passa por um momento de renovação. A prática é repensada e orientada pela tradição marxista, tentando romper, assim, com seus traços conservadores. Esse processo começou a aproximar os assistentes sociais da classe trabalhadora, o que resultou em um processo de compromisso entre os profissionais de Serviço Social com os trabalhadores, gerando uma preocupação com o desenvolvimento teórico da profissão e com a sua dimensão crítica e política, onde seu objeto de intervenção passou por um momento de desconstrução e reconstrução. Netto (1996) denominou tal movimento como “intenção de ruptura”. Dele participaram os assistentes sociais que se alinhavam com a tradição marxista e queriam romper com a prática conservadora.

Nos anos de 1980, o Serviço Social “crítico” assumiu uma identidade junto aos movimentos sociais, atuando como uma espécie de assessor político de tais movimentos, cuja intenção seria contribuir para a organização e mobilização em suas lutas específicas contra o capitalismo. Nos anos 1990, os movimentos começam a se articular através do engajamento de determinados sujeitos tais como os negros, mulheres e homossexuais vítimas de discriminação. Surge a luta das chamadas “minorias”, que são grupos sociais que sofrem discriminação pela sociedade.

Nesse contexto, encontra-se o movimento feminista contra a dominação machista e outros movimentos específicos como o dos aposentados, doentes mentais e pessoas com deficiência, que geram novas demandas e, conseqüentemente, uma reatualização da prática do Serviço Social. Ou seja, o Serviço Social precisa se repensar diante das novas

³⁷ Preliminarmente, deve ser salientado que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social - emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latinoamericano (IAMAMOTO, 2007, p.205).

expressões de seu objeto de intervenção, repensando também a prática e a crítica na sua relação cooperação/conflito entre Estado/sociedade.

Após a década de 1990, percebe-se que o Serviço Social necessita romper o tradicionalismo e construir um projeto ético-político³⁸, cuja direção ancora-se na reflexão ética, na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de seu novo ideário e que vá contra a discriminação e a exploração advindas do capitalismo.

Surge, a partir desse contexto, o Código de Ética do Serviço Social, em 1993. Representando para os assistentes sociais um novo perfil profissional que, baseado na “teoria social crítica”, exige o enfrentamento da questão social através de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania, usando não somente a ética, mas também seu conhecimento profissional na construção de estratégias que possibilitem enfrentar de forma concreta as desigualdades sociais.

No decorrer dessa trajetória de tentativa de ruptura e renovação, situa-se a discussão do Serviço Social inserido no contexto da categoria trabalho. De acordo com Iamamoto,

O Serviço Social é um trabalho especializado expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução socio-política ou ídeo-política dos indivíduos sociais (Iamamoto, 2007, p.69).

Assim, os assistentes sociais começam a se reconhecer como trabalhadores assalariados, inseridos em um mercado de trabalho, vinculados, portanto, a uma relação de compra e venda de força de trabalho. Inserido em processos de trabalho, o assistente social vai possuir um objeto de trabalho, instrumentos de trabalho, atividade ou produto do seu trabalho.

Como qualquer trabalhador assalariado, com as mudanças ocorridas e/ou em curso no mundo do trabalho, o assistente social também sofre impactos diretos em seu mercado de trabalho. Aliado a esse aspecto,

³⁸ O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é qualificado como um conjunto de valores que o legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais. A esse respeito ver Netto (1999).

acrescente-se a reforma do Estado que minimiza seu campo de emprego e precariza suas relações de trabalho³⁹.

É interessante observar que Netto (1996), faz uma reflexão acerca desta reforma. Segundo o autor, uma de suas preocupações seria basicamente a condicionalidade do desenvolvimento do Serviço Social à médio prazo. Tais ações governamentais da época poderiam “rebatê-la na cultura e nas práticas profissionais dos assistentes sociais”, o que fatalmente afetaria sua inserção nos espaços socioocupacionais, “nos próximos dez ou quinze anos” Netto (1996, p.121). O referido autor ainda faz uma reflexão mais profunda ao afirmar que

Enquanto o contingente dos segmentos desprotegidos tende a aumentar, não há nenhum indicador de que a política estatal se empenhará em desenvolver coberturas mais amplas. O movimento tendencial aí perceptível vai no sentido de o Estado (em todos os níveis) reduzir-se enquanto espaço de inserção profissional de assistentes sociais, seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos públicos, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm (e uma forma desse sucateamento são políticas de aviltamento salarial)” (Netto, 1996, p.122).

As demandas que surgem para o assistente social na atual conjuntura devem também ser analisadas no contexto da chamada responsabilidade social ou filantropia empresarial⁴⁰, com a expansão das Organizações Não-Governamentais (ONGs), expansão esta resultante direta da reforma do Estado iniciada na década de 1990, com o governo Collor, e consolidada durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A questão ambiental é outro foco de ação social implementada por algumas empresas, principalmente de cosméticos, para alavancar o *marketing* empresarial.

Na área organizacional, o assistente social possui um campo de atuação vinculado à área de recursos humanos em diversos programas, tais como qualidade de vida, saúde do trabalhador, benefícios sociais e outros. Neste campo de atuação é exigido do profissional uma constante qualificação e um desenvolvimento de inúmeras habilidades que precisam estar em sintonia com as mudanças no mundo do trabalho, especificamente as informacionais e tecnológicas.

Novamente, é interessante observar a reflexão de Netto (1996) ao indicar que

³⁹ Refiro-me ao Plano Diretor de Reforma do Aparelho Estado, proposto, em 1995, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, por Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

⁴⁰ Um novo tipo de ação social, adotado por parte das denominadas “empresas cidadãs”. A este respeito, ver Yamamoto (2007, p.127).

O verdadeiro problema que as alterações emergentes no mercado de trabalho colocam não é a preservação dos espaços profissionais, nem muito menos, o do atendimento ou não de suas demandas. Já assinaléi expressamente que a questão do espaço profissional não pode ser tomada a partir de um ponto de vista corporativo, mas deve ser apreendida na perspectivas de novas competências (Netto, 1996, p.123).

Atualmente, é exigido que o profissional de Serviço Social não seja apenas um mero “executor terminal de políticas sociais”, conforme já apontado por Netto (2009). Espera-se que seja um profissional que planeja, que propõe e negocia com o poder hegemônico sua proposta de trabalho, de forma que venha a romper com a visão rotineira de um mero trabalho burocrático que somente executa o que lhe é requerido. Caso contrário, a identidade do profissional de Serviço Social, conforme aponta Martinelli (2008), pode ser considerada como uma prática “alienada e alienante”, pois somente reproduz a estratégia dominante através da execução de políticas impostas para a manutenção da exploração da classe trabalhadora.

Como característica do Serviço Social contemporâneo, destaca-se a sua orientação quanto à defesa dos direitos dos trabalhadores. Assim,

Ao examinar o compromisso ético do Serviço Social e confrontá-lo com os princípios norteadores da ação do capital na atualidade, é possível compreender o quanto é complexa a atuação dos assistentes sociais que assumem a postura de preservação dos valores expressos em seu Código de Ética Profissional, em favor de práticas democráticas e da participação popular (Silva, 2008, p.188).

Além de atuar junto a um segmento da população que se encontra, na maioria das vezes, desempregada ou subempregada e, portanto, sem garantia dos direitos sociais vinculados ao trabalho protegido, o profissional de Serviço Social também se insere em um mercado de trabalho, na condição de trabalhador assalariado, enfrentando os mesmos problemas de precarização e competitividade, impostos aos demais trabalhadores.

O que é confirmado por Serra (1982: 38), ao explicitar que “a prática profissional institucionalizada tem seus limites exata e principalmente por ser institucionalizada”, sujeita a determinantes que tentam impor regras⁴¹, normas e parâmetros para a sua execução. Assim, o profissional acaba atuando em favor das instituições empregadoras, que muitas vezes estão a serviço do próprio capital e poucas vezes privilegiam o projeto profissional da categoria.

Com relação a esta atuação,

⁴¹ A expressão “tentam impor regras”, significa que essa tentativa não se efetiva sem que ocorra uma luta constante entre as forças contrárias (SERRA, 1982).

A prática do Serviço Social tem vestido a roupagem da política social e da burocracia de tal maneira que o próprio assistente social não vê mais os objetivos profissionais nem a metodologia profissional como algo a ser levado a sério (Sousa, 1995, p. 52).

O Serviço Social, mesmo regulamentado como uma profissão liberal, não se efetiva como tal, porém dispõe de uma relativa autonomia para realizar seu trabalho, amparada pelo projeto ético-político da profissão, que pode nortear o exercício profissional no sentido de afirmar o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e recusar as formas de autoritarismo institucionais. A efetivação de tal projeto, contudo,

Requer um condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmer o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas [...] colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando sua efetivação social (Iamamoto, 2007, p. 77-78).

Neste sentido, é proposto aos assistentes sociais buscar o redirecionamento de sua prática voltando-a para a efetivação do exercício profissional, orientado pelo projeto ético-político da profissão, buscando viabilizar à classe subalterna o acesso à informação e garantia de seus direitos de proteção social, privilegiando, assim, a cidadania.

Em semelhante contexto, conforme indicam Mota e Amaral (2008), vale ressaltar que o desafio posto ao profissional de Serviço Social é identificar em suas demandas⁴² as reais necessidades: políticas, sociais, materiais e culturais, tendo em vista que nem sempre as demandas impostas são aquelas realmente necessárias à classe trabalhadora.

Para tanto, o assistente social precisa desenvolver sua capacidade de interpretar objetivamente a realidade. Isso pressupõe compreender que a demanda imposta pelo requisitante, seja o Estado ou empregadores da iniciativa privada ou, ainda, organizações oriundas de parcerias público-privadas, somente visa atender sua necessidade e subordinar cada vez mais os trabalhadores que, com os direitos sociais e trabalhistas em constante ameaça, não terão outra saída a não ser se sujeitar ao sistema dominante.

⁴² Podemos citar neste contexto que uma das fontes da diversificação de demandas para o trabalho do assistente social se expressa “na implantação dos conselhos de políticas públicas e na capacitação de conselheiros na elaboração de planos de assistência social; na organização e mobilização popular em experiências de orçamentos participativos [...] dentro outros” Iamamoto (2007, p.124).

Pontuadas estas breves notas sobre o desenvolvimento do Serviço Social como profissão e o mercado de trabalho que se apresenta para os assistentes sociais, volto agora o meu olhar para a cidade de Manaus/AM e para a situação do Serviço Social local.

3.2.2. O Serviço Social na cidade de Manaus/AM

Após abordar, ainda que de forma ligeira, a história do Serviço Social no Brasil, cabe neste contexto uma especial atenção a situação vivida na cidade de Manaus, no decorrer da década de 1940, quando se estabelecem na cidade as primeiras obras de assistência social e um marco fundamental para a história do Serviço Social local: a fundação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas:

Manaus dos anos 40 era uma cidade de muitos contrastes. Dona de uma rica arquitetura, de luxuosas casas comerciais, deixava em suas ruas as marcas do abandono. A fusão de povos indígenas com brancos, europeus e morenos nordestinos fizeram surgir uma cultura que atrai a atenção do mundo (Costa, 1995, p. 59).

De acordo com o autor acima, doenças como tifo e febre amarela faziam muitas vítimas na cidade. O índice de mortalidade infantil era altíssimo assim como as condições precárias da população na cidade. Os problemas advindos da crise econômica foram agravados com a exploração da mão de obra barata decorrida pela falência dos seringais.

Neste período, o país vive a era Vargas na sua fase ditatorial do Estado Novo. No Amazonas, os problemas não eram diferentes dos outros Estados do país. As políticas adotadas visavam o crescimento da área industrial a fim de ampliar a acumulação do capital, porém, nesta conjuntura, amplia-se também o proletariado urbano que poderia por em risco a hegemonia do capital.

Assim, segundo Yamamoto e Carvalho (2008, p.237), “a estrutura corporativa do Estado Novo, para validar essa fonte de legitimação, deve necessariamente incorporar de alguma forma reivindicações dos setores

populares”. O que se pretendia, na verdade, era a criação de vínculos “paternalistas” que lhe desse legitimação frente a sociedade brasileira.

É neste cenário nacional que o Amazonas tem na pessoa de Alvaro Botelho Maia, seu interventor e condutor do Estado. Para dar início às obras de assistência social no Estado, o então interventor teve a contribuição de André Vidal de Araujo.

Nesse momento histórico, o trabalho de assistência aos pobres era desenvolvido de forma isolada, por pessoas caridosas, senhoras da sociedade, esposas de funcionários públicos e religiosos. Com o agravamento da crise social, o Governo do Estado foi obrigado a destinar verba pública para atender a casos prementes nas áreas de educação, saúde e transporte (Costa, 1995, p.66).

André Araújo fundou programas sociais, tais como o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, o Laboratório Pedagógico de Cultura Infantil Araújo Filho e a Oficina do Serviço Social do Amazonas. Organizou ainda a Cruz Vermelha do Amazonas, o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, a Creche Circulista Menino Jesus, o Instituto Melo Mattos, para meninos abandonados, o Instituto Maria Madalena, para meninas abandonadas, a Escola José do Patrocínio, para menores jornalheiros, o Serviço Social de Mães Solteiras e 72 escolas de alfabetização no interior do Amazonas⁴³.

Para além desses programas, André Araujo fundou a Escola de Serviço Social da Universidade do Amazonas, em 15 de janeiro de 1941, tendo sido reconhecida pelo governo estadual no dia 14 de janeiro de 1945, através do Decreto Lei n. 1412 e no âmbito federal no ano de 1957, através do Decreto n. 41.463 (Costa, 1999, p.43). A Escola de Serviço Social de Manaus foi uma das pioneiras no Brasil, fato este advindo da questão social vivida na cidade que exigia respostas e soluções do governo.

Citando o anexo da Revisão Curricular de 1985, Costa nos aponta que na década de 1940, a concepção de Serviço Social era entendida como

um conjunto de esforços feitos no sentido de adaptar ou readaptar o maior número possível de indivíduos à condição normais de vida, ao mesmo tempo que desenvolve os quadros sociais úteis ou necessário à vida humana (Costa, 1999, p.44).

⁴³ André Vidal de Araujo por Robério Braga (historiador e atual Secretário de Cultura, Turismo e Desporto do Amazonas). Extraído em 16 de setembro de 2010 em: http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/51_Andre.php

De acordo com o documento acima citado, esta concepção era baseada no intuito de formar profissionais de Serviço Social para uma atuação que proporcionasse a correção das “anomalias sociais”, através dos assistentes sociais como orientadores que norteassem os indivíduos desajustados.

A fundação da Escola de Serviço Social de Manaus se insere dentro de uma tendência nacional, que se manifestou sobretudo nos grandes centros, onde as pressões políticas e a crescente industrialização faziam sentir os efeitos de uma nova realidade (Costa, 1995, p.59 apud Montenegro, 1986, p.44).

Na verdade, a tendência nacional apontada por Montenegro, nos indica que as ações, de cunho político, realizadas em Manaus, na época, visavam nada mais que a adequação do Estado local aos objetivos reais do governo Vargas.

A “noção fetichizada dos direitos”, abordada por Lamamoto e Carvalho (2008), retrata que o pano de fundo para a alteração da Constituição, em 1937, para a inserção da política social como enfrentamento da questão social, é visível no mascaramento que tanto a legislação quanto as instituições fazem para encobrir a dominação do capital sobre o trabalho. Tal política de massa adotada por Vargas, mascara na verdade, a busca por adequar o trabalho às necessidades do capital, amenizando e controlando o poder de luta dos trabalhadores.

A nova legislação previa medidas sociais e trabalhistas, de cunho paternalista, onde na verdade se visava o crescimento econômico de modo a propiciar o desenvolvimento do país. Com ações paternalistas, o foco da questão social se direciona para ações de benemerência mescladas ao autoritarismo. Para incorporar as demandas de forma a integrá-las e controlá-las, o Estado corporativo de Vargas pressupõe a criação e surgimento constante de novas instituições.

André Araújo, no Estado do Amazonas, organizou a assistência social, de forma que a colocou sob a tutela do Estado, dentro de um programa que procurava reunir recursos dos setores privados e a ajuda da própria Igreja. De acordo com Costa (1995),

O Programa de Assistência Social, idealizado por André Araújo, previa a criação de um serviço social de assistência. Seria uma atividade para sugerir, sanar e prevenir, por meios técnicos e métodos próprios, a deficiência e os desajustamentos individuais ou de grupos sociais, numa visão funcionalista, para amparar o povo. Esse serviço social pensado devia ser feito em família,

no trabalho, na comunidade, na escola, no meio rural, entre detentos egressos e no meio médico (Costa, 1995, p.58-59).

Ressalta-se que a criação desses programas e também das grandes instituições sociais e assistenciais em todo o país, implica também na necessidade de se qualificar pessoal para a atuação nestes programas institucionais, o que, segundo Yamamoto e Carvalho (2008), também implicará um processo de legitimação e institucionalização da profissão e dos profissionais de Serviço Social.

A qualificação de pessoal no contexto da cidade implica em preparação para atuar na realidade social da prostituição, da mendicância e outros. O passo inicial para a busca da solução dos problemas sociais da sociedade moderna, em geral, e do Estado do Amazonas, em particular, “seria a realização de inquéritos sociais, ou seja, pesquisa social como forma de avaliar problemas e recursos disponíveis para combatê-los” (Costa, 1995, p.61 apud Montenegro, 1986, p.67).

Em outros termos, seria necessário como primeiro passo de atuação profissional a busca pelo conhecimento real da problemática social vivida no Amazonas, assim como a necessidade de se conhecer a capacidade institucional instalada no Estado para a efetivação de medidas de enfrentamento à questão social⁴⁴. Devido ao quantitativo de instituições e recursos disponíveis no Estado do Amazonas, na época, ficava inviável ao Estado responder de forma positiva com suas ações de enfrentamento à questão social.

Neste contexto, é necessário reforçar que no Amazonas, a atuação do Serviço Social ocorreu em pronto atendimento às demandas da política paternalista de governo da época, com ações no assistencialismo e no clientelismo. Favorecendo ainda mais a manutenção do estado de pobreza da classe trabalhadora e criando uma relação de dependência entre população e governo.

O contexto amazônico, no período da criação da Escola de Serviço Social, é marcado pela imigração, fruto de revoltas desencadeadas na Região Norte do país, como por exemplo a cabanagem, que fez crescer o número de desempregados na cidade de Manaus, bem como a procura de trabalho na zona rural para extração da borracha que, neste período, encontrava-se em tempos áureos. Essa situação levou o governo estadual a tomar medidas

⁴⁴ Cabe aqui ressaltar que, segundo Costa (1995), “em todo o Estado, havia 55 órgãos, sendo 21 na capital e 34 no interior. Em Manaus, havia somente 3 hospitais para atender a uma população de 106.399 habitantes. Para atender aos 438.008 habitantes do Estado, havia somente 9 hospitais”.

para combater os efeitos causados pelos conflitos que, aumentava não só a situação social dos trabalhadores rurais, mas também, por exemplo, as doenças endêmicas: hanseníase e leishmaniose, e também o crescimento da pobreza junto a população ribeirinha (Costa, 1999, p.45).

Segundo a autora supracitada, este contexto ainda abrangia outros problemas sociais como crianças e adultos vivendo nas ruas de Manaus e a exclusão da região amazônica dos projetos nacionais de Assistência Social.

Com a industrialização e implantação da Zona Franca, tal situação se agrava ainda mais. Ocorre então uma colonização de interesses, onde uma população selecionada se apropria das oportunidades geradas pelo Estado. Segundo Bentes (2010, p.16), grupos multinacionais e empresas nacionais chegaram à Manaus, para atuar principalmente na indústria de transformação, atraídos pelos incentivos fiscais e creditícios ofertados pelo Estado, sob a justificativa de dinamização de sua economia.

Porém, a riqueza é má distribuída, acirrando as desigualdades sociais através do processo de acumulação capitalista. A cidade cresce devido ao contingente populacional que migra para a zona urbana que, de forma desorganizada, “acarreta” problemas de moradia, saúde e outros.

A partir de então, o assistente social se insere no mercado de trabalho como trabalhador assalariado, influenciando indiretamente no processo de produção capitalista e, conforme Costa (1999, p.46), diretamente na reprodução social através de suas ações, basicamente pelas funções educativas, recreativas e disciplinadoras mediante o suporte administrativo-burocrático.

Situadas as questões sobre o mercado de trabalho em Manaus e a relação com o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, no próximo capítulo será abordado o problema do mercado de trabalho para o assistente social em Manaus/AM, a partir das premissas e dados já abordados e do estudo realizado com egressos do curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior privada local.